



# **RELATÓRIO DO 3º QUADRIMESTRE DO CONTROLE INTERNO**

**Período de referência: Setembro a Dezembro/2021**

**RESPONSÁVEL:**

**LUCAS BELLIZOTTI DO AMARAL MORENO**  
**CONTROLADOR INTERNO**

Av. Francisco Gimenes, 175, Centro - Pracinha- SP, CEP: 17790-000.  
Fone/Fax: (18) 3552-1141 – [pmpracinha@hotmail.com](mailto:pmpracinha@hotmail.com)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
CNPJ 67.662.007/0001-40

**Ao Exmo. Senhor Prefeito Municipal de Pracinha/SP**

**Sr. Maurilei Aparecido Dias da Silva**

O Controle Interno da Prefeitura Municipal de Pracinha, no cumprimento de suas atribuições, atendendo ao disposto na Legislação vigente, artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, artigos 32, 35, 93 e 150 da Constituição do Estado de São Paulo, bem como o artigo 54, parágrafo único, e artigo 59, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal, artigo 38, parágrafo único, da Lei 709/93, Comunicado SDG 32/2012 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e artigo 67 e 68 da Lei Orgânica do Município de Pracinha, vem submeter a Vossa Excelência o **Relatório do 3º Quadrimestre do Controle Interno** do exercício de 2021, com ênfase nos principais resultados.

O objetivo desse relatório é manter o Exmo. Senhor Prefeito e os gestores municipais informados sobre a situação financeira atual, a execução orçamentária do 3º quadrimestre e demais atos de gestão. Dessa forma, o presente instrumento demonstra aspectos relacionados ao controle financeiro, orçamentário e patrimonial da Prefeitura Municipal de Pracinha, bem como, informações auxiliares às demonstrações contábeis e financeiras referentes ao período em análise, de forma objetiva e clara, sendo de fácil compreensão para os seus usuários.

Ressalto que conforme dispõe a lei orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em seu art. 26, **essa corte de contas poderá utilizar das informações e elementos apurados pelo Controle Interno**, especialmente os que constam neste relatório e nos que venham a ser emitidos, para cumprimento de suas funções e como subsídio para seu processo de fiscalização e julgamento de contas.

Pracinha, 03 de março 2022.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 67.662.007/0001-40

## SUMÁRIO

<b>PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS .....</b>	<b>5</b>
Lei Orçamentária Anual – LOA .....	5
Plano de Mobilidade Urbana .....	6
Iluminação Pública .....	6
IDEB .....	7
Índice de Efetividade de Gestão Municipal (IEGM) .....	7
<b>CONTROLE INTERNO.....</b>	<b>8</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS À CÂMARA MUNICIPAL.....</b>	<b>9</b>
Resultado do Cálculo do Repasse ao Legislativo .....	10
Da Lei do Orçamento para o Exercício 2021 .....	10
Prazo Transferência do Duodécimo .....	11
<b>PASEP.....</b>	<b>11</b>
<b>PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS .....</b>	<b>12</b>
<b>DEMAIS PARCELAMENTOS (FGTS/PASEP) .....</b>	<b>12</b>
<b>PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO .....</b>	<b>13</b>
<b>PISO NACIONAL DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DE</b>	
<b>COMBATE A ENDEMIAS .....</b>	<b>14</b>
<b>CONTABILIZAÇÃO DAS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS .....</b>	<b>14</b>
Transferência da União .....	15
Transferência do Estado .....	15
<b>EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ANÁLISE FINANCEIRA .....</b>	<b>16</b>
Despesas: Empenhadas, liquidadas e pagas .....	16
Despesa por Unidade Orçamentária .....	16
Comparativo Despesa 2020 x Despesa 2021 .....	17
Receitas Arrecadadas.....	18
Comparativo Receita 2020 x Receita 2021 .....	19
Comparativo entre a receita arrecadada e a despesa empenhada. ....	21
Análise Financeira .....	22
Saldo Financeiro x Despesas a Pagar .....	22
<b>DEMONSTRATIVO DE CRÉDITOS ADICIONAIS.....</b>	<b>23</b>
<b>DÍVIDA DE CURTO PRAZO .....</b>	<b>24</b>
<b>TESOURARIA.....</b>	<b>24</b>
Conciliação Bancária.....	24
Ordem Cronológica de Pagamentos .....	26
<b>RECEITAS E DESPESAS COM COVID.....</b>	<b>26</b>
Receitas.....	26
Despesas .....	27
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA .....</b>	<b>27</b>
<b>APLICAÇÕES LEGAIS.....</b>	<b>28</b>
Educação (25%).....	28
FUNDEB .....	28
Saúde (15%) .....	29
<b>DESPESA COM PESSOAL .....</b>	<b>29</b>

Av. Francisco Gimenes,175, Centro - Pracinha- SP, CEP: 17790-000.

Fone/Fax:(18)3552-1141 – [pmpracinha@hotmail.com](mailto:pmpracinha@hotmail.com)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 67.662.007/0001-40

<b>ADIANTAMENTO .....</b>	<b>30</b>
<b>DIÁRIA.....</b>	<b>30</b>
<b>ANÁLISE DE LICITAÇÕES.....</b>	<b>31</b>
<b>REPASSES AO TERCEIRO SETOR.....</b>	<b>32</b>
<b>JURÍDICO .....</b>	<b>33</b>
Precatórios Judiciais .....	33
<b>LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO E LEI DA TRANSPARÊNCIA .....</b>	<b>33</b>
<b>ENTREGA DE DOCUMENTOS.....</b>	<b>36</b>
Informações a Previdência Social – GFIP/SEFIP .....	36
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social .....	37
CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados .....	38
Siope .....	38
Siops .....	39
RREO – Relatório Resumido da Execução Orçamentária - SICONFI .....	40
RGF – Relatório de Gestão Fiscal - SICONFI .....	40
Documentos Audep .....	41
<b>MEIO AMBIENTE .....</b>	<b>41</b>
Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.....	41
Plano de Saneamento Básico.....	42
Coleta Seletiva.....	42
<b>RECURSOS HUMANOS .....</b>	<b>42</b>
Férias .....	42
Vale Alimentação .....	43
Hora Extra.....	43
Subsídios dos Agentes Políticos .....	46
Contratação Cargo em Comissão .....	47
<b>BENS DE CARÁTER PERMANENTE (PATRIMÔNIO) .....</b>	<b>47</b>
<b>PROTOCOLO .....</b>	<b>48</b>
<b>TRIBUTAÇÃO .....</b>	<b>48</b>
<b>ARQUIVO.....</b>	<b>49</b>
<b>PARECER DO CONTROLE INTERNO .....</b>	<b>50</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO**

**PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

**Lei Orçamentária Anual – LOA**

A Lei Municipal nº 742/2020, dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual -LOA para o exercício 2021, dá análise da lei foi possível verificar que o Município de Pracinha estimou a receita e fixou a despesa em 12.227.000,00 (Doze milhões, duzentos e vinte e sete mil reais), assim divididos:

Executivo: R\$ 11.462.000,00

Legislativo: R\$ 765.000,00

Os programas previstos no PPA, LDO e LOA e sua execução (empenho) por unidade orçamentária (secretaria), com o saldo da dotação atualizada, são os seguintes:

Secretarias/Órgãos	Dotação inicial Orçado 2021	Dotação Atual/Alteração até 3º Quad/2021	Empenhado até 3º Quad/2021	Saldo Dotação até 3º Quad/2021
GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS	1.676.000,00	1.875.850,29	1.872.345,55	3.504,74
FINANÇAS	736.000,00	554.877,00	532.283,70	22.593,3
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	106.000,00	129.905,00	129.180,98	724,02
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	2.985.090,00	5.006.815,24	4.067.552,24	939.263,00
ENSINO FUNDAMENTAL E ESPECIAL	1.740.840,00	2.000.938,02	1.947.055,45	53.882,57
ENSINO MÉDIO E SUPERIOR	182.000,00	143.677,00	142.977,90	699,10
ENSINO INFANTIL E CRECHE	683.000,00	587.693,98	584.680,46	3.013,52
CULTURA	55.000,00	50.775,00	49.598,31	1.156,69
PLANEJAMENTO, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS	2.162.510,00	4.642.012,85	3.026.461,04	1.615.551,81
SERVIÇOS DE ESTRADAS DE RODAGENS	142.500,00	130.450,00	127.583,75	14.916,25
DESPORTO E LAZER	103.500,00	539.569,86	112.707,53	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	889.060,00	1.077.181,79	1.023.144,23	54.037,56
<b>TOTAL ORÇAMENTÁRIO</b>	<b>11.462.000,00</b>	<b>16.739.746,03</b>	<b>13.615.571,14</b>	<b>3.124.174,89</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO**

---

**Plano de Mobilidade Urbana**

O Município de Pracinha está dispensado de editar o Plano de Mobilidade Urbana em função de a população ser inferior a 20.000 habitantes.

**Iluminação Pública**

Até a presente data foi possível verificar que o município assumiu os ativos de iluminação pública, dessa forma cumprindo a determinação contida na Resolução nº 414/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Nesse contexto, foi possível contestar que **os ativos não foram detalhadamente discriminados** para a necessária incorporação patrimonial.

Com relação à Contribuição de Iluminação Pública – CIP, a Prefeitura Municipal de Pracinha enviou em 2019 à Câmara Municipal projeto de lei nº 015/2019 para instituir a Contribuição de Iluminação Pública - Cip. No entanto, **o referido projeto foi rejeitado pela Câmara Municipal.** Posteriormente não foi enviado novo projeto de lei.

Atualmente o município transfere a empresa terceirizada Degrande & Santos Instalações Elétricas – ME, os serviços de iluminação pública, os gastos com a referida empresa até o 3º quadrimestre de 2021 foram de R\$ 40.650,00 pelo liquidado.

Já os gastos com pagamento das faturas de energia elétrica de iluminação pública até o 3º quadrimestre de 2021 foi de R\$ 156.033,16 pelo liquidado. Dessa forma, o total despendido com iluminação pública foi de R\$ 196.683,16.

Conforme é de conhecimento de todos, a Companhia Energética transferiu para os Municípios, a responsabilidade pela ampliação e manutenção dos ativos referentes a iluminação pública, isso significa que o custeio para implantação e reposição de postes, lâmpadas, reatores e demais insumos para manter a iluminação pública em pleno funcionamento deixou de ser de responsabilidade da companhia de energética, passando para



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO**

ser de inteira responsabilidade dos Municípios. Portanto se faz necessário o Município de Pracinha criar meios próprios para financiar o custeio que lhe foi imposto referente à iluminação pública.

Dessa forma, a instituição da presente contribuição de iluminação pública - CIP se mostra necessária tendo em vista a imposição dirigida ao Município de criar mecanismos que garantam o custeio da iluminação pública local.

## IDEB

O município possui os seguintes índices no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica:

4ª série / 5º ano

8ª série / 9º ano

3ª série EM

	Ideb Observado								Metas Projetadas							
Município ▾	2005 ▾	2007 ▾	2009 ▾	2011 ▾	2013 ▾	2015 ▾	2017 ▾	2019 ▾	2007 ▾	2009 ▾	2011 ▾	2013 ▾	2015 ▾	2017 ▾	2019 ▾	2021 ▾
PRACINHA				5.9	6.0		6.6	5.6				6.1	6.4	6.6	6.8	7.0

## Índice de Efetividade de Gestão Municipal (IEGM)

O município possui a seguinte série histórica no IEGM:

Exercício	2018	2019	2020
IEG-M	C+	C	C
i-Planejamento	B	B	C+
i-Fiscal	B	C	B
i-Educ	C+	C	C
i-Saúde	B	B	C+
i-Amb	C	C	C
i-Cidade	C	C	C
i-Gov TI	C	C	C

Atenção em especial para educação onde município teve notas C+ no exercício de 2018, caindo para nota C em 2019 e 2020. Já na saúde o município saiu de nota B para C+.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO**

---

**CONTROLE INTERNO**

O Controle Interno no município foi instituído através da Lei Municipal nº 550/2013 e nomeado pela Portaria nº 157/2016.

O Tribunal de Contas, em ocasião do relatório de fiscalização do exercício de 2020 realizou o seguinte apontamento:

O Controle Interno não possui as funções de Correição (Corregedoria), Ouvidoria e Transparência, Inserido na Ação 3 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro da Controladoria Geral da União (ENCCLA): Criar Diretrizes para implantação e efetivo funcionamento dos Sistemas Estaduais e Municipais de Controle Interno, o item 3 retrata que: "Os Sistemas de Controle Interno devem contemplar entre suas atribuições as atividades de auditoria governamental, correição, ouvidoria e transparência, abrangendo todos os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta".

O Sistema de Controle Interno não dispõe de recursos orçamentários e materiais. Inserido na Ação 3 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro da Controladoria Geral da União (ENCCLA): Criar Diretrizes para implantação e efetivo funcionamento dos Sistemas Estaduais e Municipais de Controle Interno, o item 5 trata que: "Os órgãos de Controle Interno devem dispor de recursos orçamentários, materiais, tecnológicos e de pessoal adequados e suficientes para o desempenho de suas atribuições."

A instrução nº 01/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, determina em seu artigo 67, §2º, que a adequada instituição do correspondente órgão de controle interno é medida que será verificada por ocasião da fiscalização levada a efeito pelo Tribunal de Contas, com repercussão no exame das contas anuais.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO**

---

## **TRANSFERÊNCIAS À CÂMARA MUNICIPAL**

A base de cálculo para o repasse ao poder legislativo municipal está regulamentada através do artigo 29-A da Constituição Federal.

Com o sentido de orientar a Administração dos Municípios do estado, editou o Tribunal de Contas de São Paulo o Manual “O Tribunal e a Gestão Financeira dos Prefeitos”, onde, na página 29, diserta sobre a base de cálculo do repasse à Câmara de Vereadores onde diz que “sobreditos percentuais incidem não apenas sobre os tributos arrecadados pelo próprio Município; também oneram os impostos transferidos pela União e Estado. Daí que a base de apuração se chama receita tributária ampliada”. Ademais, disponibiliza a base de cálculo utilizada durante a fiscalização conforme abaixo:

- (+) 100% das transferências federais (FPM, ITR, IPI/Exportação, IOF/ouro)**
- (+) 100% das transferências estaduais (ICMS, IPVA)**
- (+) 100% da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE**
- (=) Base sobre a qual se apura o limite da despesa legislativa**

Conforme se extrai da tabela acima, o percentual constante no artigo 29-A da Constituição Federal será aplicado sobre a somatória das receitas de IPTU, ISS, ITBI, Taxas, Contribuições de Melhoria, FPM, ITR, IPI, ICMS, IPVA e CIDE.

Da verificação do relatório (balancete da receita do mês de dezembro de 2020) colocado à disposição ao Controle Interno, foi possível verificar a seguinte base de cálculo para repasses ao poder legislativo durante o exercício de 2021:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO**

CÓDIGO	RECEITA TRIBUTÁRIA	VALOR R\$
1100.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	424.972,36
<b>SUBTOTAL</b>		<b>424.972,36</b>
<b>RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS</b>		
1718.01.2	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	7.937.627,22
1718.01.4	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios 1% Julho	357.957,70
1718.01.3	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios 1% Dezembro	357.196,15
1718.01.5	Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	24.195,33
1728.01.1	Cota-Parte do ICMS	2.022.657,38
1728.01.2	Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores	107.505,14
1728.01.3	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	15.038,42
1728.01.4	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE	10.038,42
<b>SUBTOTAL ...</b>		<b>10.856.411,91</b>
<b>I - TOTAL GERAL</b>		<b>11.281.384,27</b>
<b>II – APLICANDO 7% SOBRE A RECEITA APURADA - ( I )</b>		<b>789.696,90</b>
<b>III – DIVIDINDO POR 12 (II) = DUODÉCIMO MENSAL</b>		<b>65.808,07</b>
<b>POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE /SP = 2.858 hab.</b>		
<b>Fonte: IBGE – 2010</b>		

### Resultado do Cálculo do Repasse ao Legislativo

De acordo com o limite fixado pelo inciso I<sup>1</sup>, do art. 29-A, da Constituição de 1988, verifica-se que o Executivo poderá repassar ao Legislativo, durante o exercício de 2021, o montante de R\$ 789.696,90 que, distribuídos mensalmente, alcançará o valor de R\$ 65.808,07.

### Da Lei do Orçamento para o Exercício 2021

De acordo com a proposta orçamentária aprovada para o exercício 2021, o repasse ao Poder Legislativo durante o corrente exercício foi fixado em R\$ 765.000,00, valor este que representa **o percentual de 6,78%** em relação ao total das receitas elencadas no *caput*, do

<sup>1</sup> Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior.

I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes;

[...]



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO**

art. 29-A, relativas ao exercício de 2020, conforme apurado no quadro acima, portanto, verifica-se que o valor fixado encontra-se dentro do limite estabelecido na CF/88 que é de 7%.

### **Prazo Transferência do Duodécimo**

A Constituição da República estabelece que o repasse deve ser efetivado “**até o dia vinte de cada mês**”, assim sendo, alerta a Administração atual para o devido procedimento, haja vista que, o não atendimento constitui ato de infração ao art. 168<sup>2</sup>, da Constituição Federal.

No quadro abaixo a trajetória dos repasses do duodécimo até o 3º quadrimestre de 2021:

<b>Mês</b>	<b>Pagamento</b>
Setembro	20/09
Outubro	19/10
Novembro	19/11
Dezembro	14/12

Observa-se que os repasses durante o 3º quadrimestre de 2021 ocorreram dentro do prazo legal.

### **PASEP**

Analisando os documentos, foi possível constatar à seguinte posição quanto ao pagamento da contribuição ao PASEP no 3º quadrimestre de 2021:

---

<sup>2</sup> Art. 168. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhe-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO**

Mês de competência	Data recolhimento	Valor
Setembro	19/10	R\$ 2.253,06
Outubro	Prejudicado	-
Novembro	21/12	R\$ 3.570,44
Dezembro	24/01	R\$ 2.880,94

O prazo de recolhimento dentro do prazo legal, que deverá ser efetuado até o 25º dia do mês subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores.

### PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS

Demonstramos, abaixo, a situação dos parcelamentos/reparcelamentos de débitos previdenciários autorizados pela Lei nº 13.485, de 2 de outubro de 2017.

Nº Acordo	Total Parcelado	Qtde Parcelas	Parcelas devidas no exercício	Parcelas pagas exercício
13846.720246/2017-58	1.138.874,88	200	12	10

Houve no exercício de 2021 o pagamento no total de R\$ 54.004,11, conforme razão credor.

Fornecedor: 3 - INST. NAC. DE SEGURIDADE SOCIAL

Data	Ficha	Categ.	EL	Sub.	Processo	Vencido	Empenho	FR	Apl/Var	Histórico	Pago	Retenção
19/03/2021	31	4.6.90	71	99	30/03/2021	1158/0-2021	01	110.000		Pagamento de Empenho	5.161,74	0,00
20/04/2021	31	4.6.90	71	99	20/04/2021	1689/0-2021	01	110.000		Pagamento de Empenho	5.426,93	0,00
31/05/2021	31	4.6.90	71	99	31/05/2021	2327/0-2021	01	110.000		Pagamento de Empenho	5.426,93	0,00
21/06/2021	31	4.6.90	71	99	18/06/2021	2592/0-2021	01	110.000		Pagamento de Empenho	5.426,93	0,00
20/07/2021	31	4.6.90	71	99	31/07/2021	3161/0-2021	01	110.000		Pagamento de Empenho	5.426,93	0,00
20/08/2021	31	4.6.90	71	99	30/08/2021	3617/0-2021	01	110.000		Pagamento de Empenho	5.426,93	0,00
13/10/2021	31	4.6.90	71	99	13/10/2021	4445/0-2021	01	110.000		Pagamento de Empenho	5.426,93	0,00
21/10/2021	31	4.6.90	71	99	21/10/2021	3618/1-2021	01	110.000		Pagamento de Empenho	5.426,93	0,00
23/11/2021	31	4.6.90	71	99	30/11/2021	3618/2-2021	01	110.000		Pagamento de Empenho	5.426,93	0,00
20/12/2021	31	4.6.90	71	99	20/12/2021	3618/3-2021	01	110.000		Pagamento de Empenho	5.426,93	0,00
Total do Fornecedor											54.004,11	

### DEMAIS PARCELAMENTOS (FGTS/PASEP)

A Prefeitura não possui parcelamento de FGTS e PASEP.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO**

**PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO**

Foi publicado o Decreto nº 1219/2021 que dispõe sobre a concessão de abono salarial complementar quando o valor a ser recebido for inferior ao piso nacional do magistério, no entanto, o decreto passou a vigorar somente na folha de pagamento do mês de setembro.

<b>Cargo</b>	<b>Jornada (horas semanais)</b>	<b>Vencimentos (faixa/nível 1)</b>	<b>Piso Nacional Proporcional vigente</b>
<b>Professor de Creche</b>	<b>40h</b>	<b>R\$2.886,24</b>	<b>R\$ 2.886,15</b>
<b>Professor de Educação Infantil</b>	<b>20h</b>	<b>R\$ 2.247,14</b>	<b>R\$ 1443,12</b>
<b>Professor de Educação Básica I</b>	<b>30h</b>	<b>R\$ 2.592,83</b>	<b>R\$ 2.164,61</b>
<b>Professor de Educação Básica II</b>	<b>11h (reduzida)</b>	<b>R\$ 1.360,75</b>	<b>R\$ 793,69</b>
	<b>15h (básica)</b>		<b>R\$ 1.082,30</b>
	<b>24h (completa)</b>		<b>R\$ 1.731,69</b>

Analisando os pagamentos efetuados aos cargos de professor de creche, professor de educação infantil e professor de educação básica I, verificamos que se encontram de acordo com o piso nacional do magistério.

Tendo em vista a existência de 03 (três) tipos de jornada para o cargo de Professor de Educação Básica II, analisamos os pagamentos efetivamente realizados para referido cargo onde apuramos o que segue:

<b>Servidor</b>	<b>Jornada (horas semanais)</b>	<b>Vencimentos (faixa/nível 1)</b>	<b>Piso Nacional Proporcional vigente</b>
Vania Dias de Souza	11h	R\$ 997,70	R\$ 793,69
Silvia Cristina de Sá Ferreira	18h	R\$ 1.428,75	R\$ 1.298,77
Thiago Willian da Cruz	20h	R\$ 2.096,08	R\$ 1.443,075



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO**

Analisando os pagamentos efetuados ao cargo de professor de educação básica II, verificamos que se encontram de acordo com o piso nacional do magistério.

**PISO NACIONAL DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DE COMBATE A ENDEMIAS**

Quanto ao piso dos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias, verificamos o valor recebido pelos servidores:

<b>Cargo</b>	<b>Vencimento</b>
Agente Comunitário de Endemias	R\$ 1.550,00
Agente Comunitário de Saúde	R\$ 1.550,00

Observa-se pelo quadro acima que a prefeitura está cumprindo com o piso nacional para os cargos anteriormente citados ( Lei federal nº 13.708/2018).

**CONTABILIZAÇÃO DAS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS**

A fim de verificar a correta contabilização das receitas auferidas pela Prefeitura Municipal de Pracinha no **mês de dezembro** 2021, através de transferências realizadas pelos órgãos concessionários da União e do Estado de São Paulo, foi apurado os valores informados nos sites oficiais dos órgãos concessionários e o registrado pela Prefeitura, onde resultado foi constatado conforme segue:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO**

### Transferência da União

UF ▾	Município ▾	Ano ▾	Transferência ▾	Valor Consolidado ▾	Código IBGE ▾	Código SIAFI ▾
SP	Pracinha	2021	FPM	R\$1.329.704,39	3540853	812
SP	Pracinha	2021	FUNDEB	R\$76.610,25	3540853	812
SP	Pracinha	2021	ITR	R\$4.486,45	3540853	812
SP	Pracinha	2021	LC 176/2020 (ADO25)	R\$711,81	3540853	812
SP	Pracinha	2021	Royalties	R\$23.169,80	3540853	812

1 - 5

Receitas	Órgão Concessor	Prefeitura	Diferença
FPM	1.329.704,39	1.545.174,98	<b>215.470,59</b>
ITR	4.486,45	5.608,06	<b>1.121,61</b>
FUNDEB	76.610,25	76.610,25	-
LC 176/2020	711,81	711,81	-
ROYALTIES	23.169,80	23.169,80	-

Fonte: <http://sisweb.tesouro.gov.br>

Houve uma divergência entre o valor informado no FPM e no ITR pelo órgão concessor e o registrado pela prefeitura.

### Transferência do Estado

Receitas	Órgão Concessor	Prefeitura	Diferença
ICMS	179.882,02	224.852,52	<b>44.970,5</b>
IPVA	7.428,94	7.343,48	<b>-85,46</b>
Comp. Financeira Royalties	830,68	830,68	-
IPI	1.239,30	1.549,13	<b>309,83</b>

Fonte: <https://www.fazenda.sp.gov.br>

Houve uma divergência entre o valor informado no ICMS, IPVA e IPI pelo órgão concessor e o registrado pela prefeitura.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA

ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

## EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ANÁLISE FINANCEIRA

### Despesas: Empenhadas, liquidadas e pagas

Até o mês de dezembro de 2021 as despesas empenhadas do Poder Executivo foram de R\$ 13.608.518,82. Deste valor foram liquidados R\$ 13.457.939,86, sendo pagos R\$ 13.420.183,56. Os valores a serem pagos, considerando-se a diferença entre os valores liquidados e pagos totalizam o valor de R\$ 37.756,30 e apresentam a seguinte situação:

Em R\$	Despesas Empenhadas			
	Fonte 01	Fonte 02	Fonte 05	Total
	R\$ 10.598.693,45	R\$ 1.642.665,63	R\$ 1.067.159,74	<b>R\$ 13.608.518,82</b>

Em R\$	Despesas Liquidadas			
	Fonte 01	Fonte 02	Fonte 05	Total
	R\$ 10.749.934,49	R\$ 1.640.845,63	R\$ 1.067.159,74	<b>R\$ 13.457.939,86</b>

Em R\$	Despesas Pagas			
	Fonte 01	Fonte 02	Fonte 05	Total
	R\$ 10.716.038,19	R\$ 1.640.845,63	R\$ 1.063.299,74	<b>R\$ 13.420.183,56</b>

Em R\$	Despesas a Pagar			
	Fonte 01	Fonte 02	Fonte 05	Total
	R\$ 33.896,30	R\$ -	R\$ 3.860,00	<b>R\$ 37.756,30</b>

### Despesa por Unidade Orçamentária

Numero	Descrição	Empenhado	Liquidado	Pago
		até dez/2021	até dez/2021	até dez/2021
02.01.00	GABINETE DO PREFEITO E DEPENDENCIAS	1.872.345,55	1.859.925,77	1.856.635,77
02.02.00	FINANÇAS	532.283,70	532.283,70	531.483,70
02.03.00	FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	129.180,98	129.180,98	128.080,98
02.04.00	SAÚDE	4.067.552,24	4.027.775,57	4.020.405,57



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO**

02.05.00	ENSINO FUNDAMENTAL E ESPECIAL	1.940.003,13	1.912.757,75	1.908.187,75
02.06.00	ENSINO MÉDIO E SUPERIOR	142.977,70	142.977,70	142.977,90
02.07.00	ENSINO INFANTIL E CRECHE	584.680,46	583.255,46	578.750,93
02.08.00	CULTURA	49.598,31	49.377,09	49.167,09
02.09.00	PLANEJAMENTO, OBRAS E SERVIÇOS GERAL	3.026.461,04	2.977.480,26	2.963.978,49
02.10.00	SERVIÇOS DE ESTRADAS E RODAGENS	127.583,75	115.217,46	115.217,46
02.11.00	DESPORTO E LAZER	112.707,53	112.707,53	112.507,53
02.12.00	FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL	1.023.144,23	1.015.000,39	1.012.790,39
	<b>TOTAL</b>	<b>13.608.518,75</b>	<b>13.457.939,86</b>	<b>13.420.183,56</b>

### Comparativo Despesa 2020 x Despesa 2021

Realizando um comparativo mês a mês, das receitas realizadas no exercício de 2020 e 2021, observa-se:

Despesas Empenhadas Mês (Fonte 01)				
Mês	2020	2021	Resultado	Variação
Setembro	336.479,05	717.068,66	380.589,61	113,11%
Outubro	567.025,39	865.837,06	298.811,67	52,70%
Novembro	746.429,08	784.895,05	38.465,97	5,15%
Dezembro	935.359,72	1.095.239,62	159.879,90	17,09%

Comparando-se as despesas no acumulado no ano, durante o mesmo período de 2020 e 2021, temos a seguinte posição:

Despesas Empenhadas Acumulado (Fonte 01)				
Mês	2020	2021	Resultado	Variação
Setembro	7.264.446,45	8.152.721,72	888.275,27	12,23%
Outubro	8.307.566,79	9.018.558,78	710.991,99	8,56%
Novembro	8.530.218,76	9.803.453,83	1.273.235,07	14,93%
Dezembro	9.465.578,48	10.898.693,45	1.433.114,97	15,14%

Pelos números apresentados no quadro acima, fica claro que até o mês analisado do exercício corrente, a despesa empenhada na fonte de recurso 01, sofreu um acréscimo de **15,14% ou R\$ 1.433.114,97** sobre o total empenhado no mesmo período do



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO**

exercício anterior. Se for analisar somente o mês de dezembro, a despesa sofreu um acréscimo de R\$ 159.879,90 que representa 17,09%.

Despesas Empenhadas Mês (Todas as Fontes)				
Mês	2020	2021	Resultado	Variação
Setembro	560.581,59	922.021,94	361.440,35	64,48%
Outubro	767.611,40	1.451.297,67	683.686,27	89,07%
Novembro	892.873,89	960.397,53	67.523,64	7,56%
Dezembro	896.027,10	933.662,85	37.635,75	4,20%

Comparando-se as despesas acumulado no ano, durante o mesmo período de 2020 e 2021, temos a seguinte posição:

Despesas Empenhadas Acumulado (Todas as Fontes)				
Mês	2020	2021	Resultado	Variação
Setembro	9.437.113,13	10.263.160,77	826.047,64	8,75%
Outubro	10.204.724,53	11.714.458,44	1.509.733,91	14,79%
Novembro	11.097.598,42	12.674.855,97	1.577.257,55	14,21%
Dezembro	11.993.625,52	13.608.518,82	1.614.893,30	13,46%

Pelos números apresentados no quadro acima, fica claro que até o mês analisado do exercício corrente, a despesa empenhada considerando todas as fontes de recursos, sofreu um acréscimo de 13,46% ou R\$ 1.614.893,30 sobre o total empenhado no mesmo período do exercício anterior. Se for analisar somente o mês de dezembro a despesa sofreu um acréscimo de R\$ 37.635,75 que representa 4,20%.

### Receitas Arrecadadas

Durante a fase de planejamento, a receita líquida prevista montou em R\$ 12.227.000,00, assim, a receita mensal média prevista para os 12 (doze) meses seria R\$ 1.018.916,67. Se considerarmos os 12 (doze) meses já realizados, teríamos uma arrecadação de R\$ 12.227.000,00.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO**

Contudo, a arrecadação realizada líquida no período foi de R\$ 15.497.066,40. Ou seja, R\$ 3.270.066,40 a maior que o valor previsto para o período, havendo, **portanto, um superávit de arrecadação somando todas as fontes de recursos de 26,74%.**

Sendo assim, foi apurado o déficit/superávit de arrecadação líquido nas principais Fontes de Recursos, conforme quadro abaixo:

FONTE 01				
	Total	Média/mês	Superávit mês	Superávit apurado
Orçado	9.947.800,00	828.983,33	193.559,32	2.322.711,82
Arrecadado	12.270.511,82	1.022.542,65		

FONTE 02				
	Total	Média/mês	Superávit mês	Superávit apurado
Orçado	1.241.540,00	103.461,67	85.797,71	1.029.572,54
Arrecadado	2.271.112,54	189.259,38		

FONTE 05				
	Total	Média/mês	Déficit mês	Déficit apurado
Orçado	1.037.660,00	86.471,67	-6.851,50	-82.217,96
Arrecadado	955.442,04	79.620,17		

### Comparativo Receita 2020 x Receita 2021

Comparando os exercícios de 2020 e 2021, mês a mês, no mesmo período, verifica-se o seguinte:

Arrecadação Mês (Fonte 01)				
Mês	2020	2021	Resultado	Variação
Setembro	765.557,11	784.759,17	19.202,06	2,51%
Outubro	824.499,94	903.773,41	79.273,47	9,61%
Novembro	842.152,23	1.178.045,33	335.893,10	39,89%
Dezembro	1.406.505,11	1.606.994,56	200.489,45	14,25%



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO**

Comparando-se as receitas arrecadadas acumulado no ano, durante o mesmo período de 2020 e 2021, temos a seguinte posição:

Arrecadação Acumulado (Fonte 01)				
Mês	2020	2021	Resultado	Variação
Setembro	7.428.960,21	8.581.698,32	1.152.738,11	15,52%
Outubro	8.253.460,15	9.485.471,73	1.232.011,58	14,93%
Novembro	9.095.612,38	10.663.517,26	1.567.904,88	17,24%
Dezembro	10.502.117,49	12.270.511,82	1.768.394,33	16,84%

Pelos números apresentados no quadro acima, fica claro que até o mês analisado do exercício corrente, a receita arrecada sofreu um acréscimo da ordem de **16,84% ou R\$ 1.768.394,33.** Se for analisar **somente o mês de dezembro a receita teve um acréscimo de 14,25% ou R\$ 200.489,45,** sobre o total arrecadado no mesmo período do exercício anterior.

Arrecadação Mês (Todas as Fontes)				
Mês	2020	2021	Resultado	Variação
Setembro	942.640,00	1.119.231,83	176.591,83	18,73%
Outubro	1.061.217,97	1.291.003,67	229.785,70	21,65%
Novembro	1.016.514,33	1.346.406,90	329.892,57	32,45%
Dezembro	1.629.403,38	1.855.903,56	226.500,18	13,90%

Comparando-se as receitas arrecadadas acumulado no ano, durante o mesmo período de 2020 e 2021, temos a seguinte posição:

Arrecadação Acumulado (Todas as Fontes)				
Mês	2020	2021	Resultado	Variação
Setembro	9.463.872,31	11.003.752,27	1.539.879,96	16,27%
Outubro	10.525.090,28	12.294.755,94	1.769.665,66	16,81%
Novembro	11.541.604,61	13.641.162,84	2.099.558,23	18,19%
Dezembro	13.171.007,99	15.497.066,40	2.326.058,41	17,66%

Pelos números apresentados no quadro acima, fica claro que até o mês analisado do exercício corrente, a receita arrecada sofreu um acréscimo da ordem de **17,66% ou**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO**

**R\$ 2.326.058,41** sobre o total arrecadado no mesmo período do exercício anterior. Se for analisar **somente o mês de dezembro a receita teve um acréscimo de 13,90% ou R\$ 226.500,18** sobre o total arrecadado.

**Comparativo entre a receita arrecadada e a despesa empenhada.**

Do levantamento dos valores empenhados com a receita arrecadada, verifica-se que houve, até o período analisado, um **superávit** na execução orçamentária da ordem de **13,88%%**, que corresponde a um valor total de **R\$ 1.888.547,58**, conforme o quadro:

MÊS	12			
Mês	Receita Arrecadada	Despesa Empenhada	Resultado	%
Dezembro	15.497.066,40	13.608.518,82	1.888.547,58	13,88%
<b>TOTAL</b>	<b>15.497.066,40</b>	<b>13.608.518,82</b>	<b>1.888.547,58</b>	<b>13,88%</b>

Orçamento Anual - Receita Prevista e Despesa Fixada	<b>12.227.000,00</b>
Média da Receita Prevista/Despesa Fixada	<b>1.018.916,67</b>
Média Receita Efetivamente Arrecadada	<b>1.291.422,20</b>
Média da Despesa Realizada (empenhada)	<b>1.134.043,24</b>
Superávit mensal até dezembro/21 – Todas as Fontes	<b>157.378,97</b>
<b>Superávit orçamentário total apurado</b>	<b>1.888.547,58</b>

Abaixo a evolução da execução orçamentária durante o exercício de 2021:

Execução Orçamentária – Acumulado				
Mês	Receita	Despesa	Resultado	Variação
Setembro	11.003.752,27	10.263.160,77	740.591,50	7,22%
Outubro	12.294.755,94	11.714.458,44	580.297,50	4,95%
Novembro	13.641.162,84	12.674.855,97	966.306,87	7,62%
Dezembro	15.497.066,40	13.608.518,82	1.888.547,58	13,88%



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO**

**Análise Financeira**

**Saldo Financeiro x Despesas a Pagar**

Segundo consta do Boletim de Caixa, o saldo disponível em 31 de dezembro de 2021 era de **R\$ 1.994.442,96**. Tais recursos estão assim distribuídos:

Em R\$	Saldo Financeiro			
	Fonte 01	Fonte 02	Fonte 05	Total
	R\$ 912.181,70	R\$ 809.192,64	R\$ 273.068,62	R\$ 1.994.442,96

Analisando o resultado, desconsiderando as fontes de recursos, o valor total das despesas a serem pagas (liquidadas-pagas) é **R\$ 37.756,30** e o total disponível é – **R\$ 1.994.442,96**. Portanto, temos uma situação positiva de **R\$ 1.956.686,66**.

Ao compararmos as despesas liquidadas e não pagas, por fontes de recursos, com os valores disponíveis nas Contas Movimento do Boletim de Caixa e Banco, constata-se que temos equilíbrio financeiro em todas as fontes de recursos, apresentando-se da seguinte forma:

Fonte	A Pagar	Saldo Financeiro	Resultado
Fonte 01	33.896,30	912.181,70	878.285,40
Fonte 02	-	809.192,64	809.192,64
Fonte 05	3.860,00	273.068,62	269.208,62
<b>TOTAL</b>	<b>37.756,30</b>	<b>1.994.442,96</b>	<b>1.956.686,66</b>

Dá análise, constata-se que na fonte de recurso 01 temos um superávit financeiro de R\$ 878.285,40. Analisando todas as fontes de recursos temos um superávit financeiro de R\$ 1.956.686,66.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA

ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

## DEMONSTRATIVO DE CRÉDITOS ADICIONAIS

**Art. 43.** A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

**§ 1º Consideram-se recursos** para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

**I** - o **superávit financeiro** apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

**II** - os provenientes de **excesso de arrecadação**;

**III** - os resultantes de **anulação parcial ou total de dotações** orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

[...] (**Grifo nosso**)

De acordo com art. 3º da Lei Municipal nº 742/2020 - LOA, o município está autorizado **abrir créditos suplementares até o limite de 15% os recursos provenientes de excesso de arrecadação, superávit financeiro e superávit orçamentário.** Ou seja, até o limite de R\$ 1.834.050,00.

O município suplementou o valor de R\$ 4.891.079,30 e abriu Crédito Especial no valor de R\$ 2.889.901,25, totalizando o valor de R\$ 7.780.980,55.

Com relação ao remanejamento transferência e transposição, a Lei nº 741/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, em seu art. 17, autoriza o município a realizar até o limite de 15% (quinze por cento) da despesa inicialmente fixada, ou seja, até o limite de R\$ 1.834.050,00, desde que dentro de uma categoria de programação para outra ou de um órgão orçamentário para outro.

Dá análise, observa-se que o município realizou remanejamento no valor de R\$ 631.777,68 e transposição no valor de R\$ 90.340,00 e transferência no valor de R\$ 3.000,00. Totalizando o valor de R\$ 725.117,68



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**DEPARTAMENTO DE FINANÇAS**

SETOR CONTÁBIL

Exercício: 2021

Artecnologia

DEMONSTRATIVO DE CRÉDITO ADICIONAL - SINTÉTICO - Período 01/01/2021 - 31/12/2021

Página: 1/3

**RESUMO**

<b>ORIGEM</b>		<b>APLICAÇÃO</b>	
Anulação de Dotação:	2.503.234,52	Suplementação:	4.891.079,30
Excesso de Arrecadação:	5.212.698,04	Crédito Especial:	2.889.901,25
Operações de Crédito:	0,00	Crédito Extraordinário:	0,00
Superávit Financeiro:	65.047,99	Redução do Orçamento:	0,00
Aumento do Orçamento:	0,00	Remanejamento:	631.777,68
Remanejamento:	631.777,68	Transposicao:	90.340,00
Transposicao:	90.340,00	Transferência:	3.000,00
Transferência:	3.000,00	Reabertura Crédito Especial:	0,00
Reabertura Crédito Especial:	0,00	Reabertura Crédito Extraordinária:	0,00
Reabertura Crédito Extraordinária:	0,00		
<b>TOTAL:</b>	<b>8.506.098,23</b>	<b>TOTAL:</b>	<b>8.506.098,23</b>

## DÍVIDA DE CURTO PRAZO

No quadro a seguir apresentamos o índice de liquidez imediata demonstrado no Balanço Patrimonial da Prefeitura:

Índice de Liquidez Imediata	Disponível	1.994.442,96	3,6
	Passivo Circulante	547.413,61	

Considerando o resultado financeiro apurado, verifica-se que a prefeitura possui liquidez face ao compromisso de curto prazo.

## TESOURARIA

### Conciliação Bancária

O boletim de caixa até 31/12 apresentava um saldo de R\$ 10.262,06 e o extrato bancário da conta tesouraria-caixa-recebimentos apresentava um saldo em 31/12 de R\$ 10.262,06, portanto regular:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO**



4rtecnologia

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**DEPARTAMENTO DE FINANÇAS**  
**SETOR CONTÁBIL**

BOLETIM DE CAIXA Nº 30, DE 31/12/2021

Exercício: 2021

Página: 1/2

RECEBIMENTOS		PAGAMENTOS	
Receita Orçamentária:	22.857,35	Despesa Orçamentária:	66.507,99
Receita ExtraOrçamentária:	0,00	Despesa ExtraOrçamentária:	35.534,30
Total da Receita:	22.857,35	Total da Despesa:	102.042,29
Saques Bancários:	103.191,06	Depósitos Bancários:	24.006,12
Sub-Total:	126.048,41	Sub-Total:	126.048,41
Caixa - Saldo Anterior:	10.262,06	Caixa - Saldo Atual:	10.262,06
<b>TOTAL DE ENTRADAS:</b>	<b>136.310,47</b>	<b>TOTAL DE SAÍDAS:</b>	<b>136.310,47</b>



4rtecnologia

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**DEPARTAMENTO DE FINANÇAS**  
**SETOR CONTÁBIL**

EXTRATO BANCÁRIO DO PERÍODO 01/12/2021 à 31/12/2021

Exercício: 2021

Página: 7/7

Dt. Movto.	Cheque/Documento	Histórico	Ficha	Empenho	Lanc.to.	A. Caixa	Grupo	Depósito	Saque	Saldo
29/12/2021		Documento Tributário - Aviso Nº 2000311 - Rec.: 1128.02.9.9.00.00		7732			33487	107,60	0,00	20.457,96
30/12/2021		Documento Tributário - Aviso Nº 2000334 - Rec.: 1128.02.9.9.00.00		7739			33503	231,83	0,00	20.689,79
30/12/2021		Documento Tributário - Aviso Nº 2000401 - Rec.: 1128.02.9.2.00.00		7749			33525	595,10	0,00	21.284,89
30/12/2021		Documento Tributário - Aviso Nº 248292 - Rec.: 1128.02.9.1.01.00		7754			33594	17,61	0,00	21.302,44
30/12/2021		Documento Tributário - Aviso Nº 2000393 - Rec.: 1118.02.3.1.00.00		7755			33598	32,20	0,00	21.334,64
30/12/2021	transf. conta	TRANSFERENCIA FINANCEIRA DE: TESOUREARIA Agência: CAIXA Conta: 9999999999-9 - CAIXA - RECEBIMENTO PARA: BOO DO BRASIL S.A. Agência: 279 Conta: 30074-8 - - ICMS/ IPI					33599	0,00	32,20	21.302,44
30/12/2021	transf. conta	TRANSFERENCIA FINANCEIRA DE: TESOUREARIA Agência: CAIXA Conta: 9999999999-9 - CAIXA - RECEBIMENTO PARA: CAIXA E FEDERAL Agência: 1157 Conta: 27-9 - - Conta Movimento.					33637	0,00	11.076,78	10.225,66
30/12/2021		Documento Tributário - Aviso Nº 2000402 - Rec.: 1128.02.9.1.99.00		7773			33663	36,40	0,00	10.262,06
Total:								31.052,32	60.849,10	10.262,06

PRACINHA, 7 de Fevereiro de 2022.

Dá análise das conciliações bancárias, foi constatado haver pendências não contabilizadas, vejamos:

Conta nº 27-9 da Caixa Econômica Federal. Cheques ou retiradas não compensadas pelo banco, que somam o valor de R\$ 59.848,38. Depósito não lançado no sistema no valor de R\$ 696,68. Retiradas não lançadas no sistema no valor de R\$ 1.453,57.

Conta nº 106244-1 do Banco do Brasil. Cheques ou retiradas não compensadas pelo banco que somam o valor de R\$ 4.719,20. Depósitos não lançado no sistema no valor de R\$ 366,50.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO**

Conta nº 109830-6 do Banco do Brasil. Cheques ou retiradas não compensadas pelo banco que somam o valor de R\$ 600,00. Depósitos não lançado no sistema no valor de R\$ 1.203,69. Retiradas não lançadas no sistema no valor de R\$ 11.288,77.

Conta nº 30074-8 do Banco do Brasil. Cheques ou retiradas não compensadas pelo banco que somam o valor de R\$ 35.424,96. Depósitos não lançado no sistema no valor de R\$ 22.451,65. Retiradas não lançadas no sistema no valor de R\$ 16.047,10.

**Portanto recomendo a setor da tesouraria um maior rigor no controle das conciliações bancárias, já que conta diversas contas com pendências nas conciliações.**

### **Ordem Cronológica de Pagamentos**

Permanência da quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos – OCP para pagamentos inferiores ao estabelecido na Instrução nº 01/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Posto isso, esse Controle Interno recomenda que seja feita uma avaliação minuciosa da necessidade da quebra da OCP e que cumpra todas as formalidades previstas em lei quanto a justificativa e publicação da quebra da OCP.

### **RECEITAS E DESPESAS COM COVID**

#### **Receitas**

Até o mês de dezembro de 2021 o município de Pracinha recebeu o montante de R\$ 425.220,76 de recursos relacionados ao COVID-19. Sendo que desse valor foi dividido da seguinte forma, conforme quadro abaixo:

Fonte 01 – R\$ -

Fonte 02 – R\$ 25.043,41

Fonte 05 – R\$ 400.177,35

Total – R\$ 425.220,76



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO**

---

## **Despesas**

Até o mês de dezembro de 2021 o município de Pracinha liquidou o montante de R\$ 139.832,52 de despesas relacionadas ao Covid-19, conforme demonstrada no quadro abaixo:

Fonte 01 – R\$ -

Fonte 02 – R\$ -

Fonte 05 – R\$ 139.832,52

Total – R\$ 139.832,52

Também foi possível constatar que o município vem classificando corretamente as receitas e despesas na classificação 312.

Observa-se também que o município vem divulgando todos os atos relacionado a COVID em seu portal de transparência.

## **DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**

De acordo art. 4º, inciso I, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal:

Art. 3º **A dívida consolidada líquida** dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ao final do décimo quinto exercício financeiro contado a partir do encerramento do ano de publicação desta Resolução, **não poderá exceder**, respectivamente, a:

[...]

II - **no caso dos Municípios: a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a receita corrente líquida**, definida na forma do art. 2.

Até o 3º quadrimestre de 2021, o montante da dívida consolidada líquida foi de R\$ 1.525.168,26 o que representa 10,21% sobre a Receita Corrente Líquida.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO**

## APLICAÇÕES LEGAIS

### Educação (25%)

De acordo com o levantamento, a aplicação no ensino até o mês de agosto estava em 27,37% - R\$ 4.007.942,77 - pelo empenhado. Deste valor, R\$ 3.991.961,53 foram liquidado, ou 27,26%, sendo pago R\$ 3.982.887,00, ou 27,20%, conforme quadro abaixo:

**DESPESAS COM RECURSOS DA EDUCAÇÃO ATÉ 31/12/2021**

	Empenhadas	%	Liquidadas	%	Pagas	%
Ensino Fundamental	1.021.022,41	6,97				
Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil Creche	178.884,50	1,22	178.884,50	1,22	177.604,50	1,21
Educação Infantil Pré-Escola	121.183,69	0,83	119.830,69	0,82	116.606,16	0,80
Retenções ao Fundeb	2.686.852,17	18,35	2.686.852,17	18,35	2.686.852,17	18,35
<b>TOTAL</b>						

### FUNDEB

Até dezembro de 2021, o percentual aplicado no FUNDEB de acordo com o demonstrativo do sistema contábil e também do controle feito por este departamento de Controle Interno, era de 100% - R\$ 894.281,44 - pelo empenhado. Pelo liquidado 100%, no total de R\$ 894.281,44. Sendo pago 100% - R\$ 894.281,44. Vejamos o quadro:

**DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB ATÉ 31/12/2021**

	Empenhadas	%	Liquidadas	%	Pagas	%
Magistério	894.281,44	100	894.281,44	100	894.281,44	100
Outras	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>894.281,44</b>	<b>100</b>	<b>894.281,44</b>	<b>100</b>	<b>894.281,44</b>	<b>100</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO**

**Saúde (15%)**

Segundo consta no demonstrativo foi empenhado até o mês de dezembro R\$ 2.841.501,27, ou 20,65%. O total liquidado foi de R\$ 2.803.544,60 ou 20,37%. O total pago foi R\$ 2.796.174,60 que representa 20,32%.

DESPESAS COM RECURSOS DA SAÚDE ATÉ 31/12/2021

	Empenhadas	%	Liquidadas	%	Pagas	%
Saúde	2.841.501,27	20,65	2.803.544,60	20,37	2.796.174,60	20,32

Portanto, atendendo o limite constitucional de 15% de aplicação na Saúde.

**DESPESA COM PESSOAL**

Como estabelece o Art. 22, parágrafo único, a respeito do limite prudencial, se a despesa com pessoal no órgão atingir 95% do limite imposto – ou seja, 51,30% da Receita Corrente Líquida apurada. No quadro supra o gasto com pessoal na Prefeitura Municipal não representa risco de atingimento de tal limite prudencial.

Segundo demonstrativo, às despesas com pessoal até o mês de dezembro de 2021, totalizou R\$ 6.712.786,73 contra uma Receita Corrente Líquida de R\$14.940.856,73, logo o percentual do gasto com pessoal foi de 44,93%.

Abaixo a evolução da despesa com pessoal durante o exercício de 2021:

Mês	Total de gasto com pessoal	Receita Corrente Líquida	%
Setembro	6.770.506,87	14.160.887,95	47,81
Outubro	6.791.280,00	14.390.673,65	47,19
Novembro	6.781.535,17	14.720.566,22	46,06
Dezembro	6.712.786,73	14.940.856,73	44,93





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO**

**ADIANTAMENTO**

Dá análise dos adiantamentos, observa-se que há 3 (três) adiantamentos abertos referente ao exercício de 2021, conforme quadro abaixo:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**DEPARTAMENTO DE FINANÇAS**  
**SETOR CONTÁBIL**

Exercício: 2021

Página: 1/1

4rtecnologia

RELATÓRIO DE CONTROLE DE ADIANTAMENTOS - ABERTOS - PERÍODO: 01/01/2021 à 31/12/2021

Empenho	Processo	Ficha	Nome	CPF	R.G.	Categoria	VL. Adiantamento	VL. Utilizado	Dt. Início	Dt. Baixa
3981/0-2021		5	ELIANA PONVEQUI	1323225888		3.3.90.14	100,00	100,00	22/09/2021	
5512/0-2021		45	JULIANA RISSATO	42877298892		3.3.90.14	2.000,00	2.000,00	17/12/2021	
5843/0-2021		45	JULIANA RISSATO	42877298892		3.3.90.14	2.500,00	2.500,00	29/12/2021	
<b>Total Geral:</b>							<b>4.600,00</b>	<b>4.600,00</b>		

PRACINHA, 9 de Fevereiro de 2022.

Maurilei Aparecido Dias da Silva  
Prefeito  
CPF 254.058.838-75

Celso Tenório de Albuquerque  
Contador  
CRC nº 1SP248454/O-3

Dessa forma, oriento o setor contábil a verificar os adiantamentos abertos para proceder à baixa.

**DIÁRIA**

O município instituiu a lei de diária através da Lei Municipal nº 715/2019, aos servidores e agentes políticos.

A diária diferente do regime de adiantamento pode ter sua prestação de contas de forma simplificada, através de relatório ou da prestação de algum comprovante específico relativo à atividade exercida.

Até a presente data as despesas com diárias atende a legislação municipal.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO**

---

## **ANÁLISE DE LICITAÇÕES**

Pregão nº 08/2021

Objeto: Aquisição de fraldas descartáveis

Valor: R\$ 120.142,80

Vencedor: BV Saúde Comércio de Produção Hospitalares Ltda Me, Cirúrgica União, Eduardo Luiz Dalefi de Santana e LCL Nascimento Distribuidora Hospitalar Ltda.

- Consta Regular.

Pregão nº 10/2021

Objeto: Gêneros alimentícios e material de consumo

Valor: R\$ 642.682,61

Vencedor: Almeidas Minimercado Pracinha Ltda Me e Romário Henrique Pereira Me

- Consta Regular.

Tomada de Preço nº 04/2021

Objeto: Construção centro de fisioterapia

Valor: R\$ 428.287,64

Vencedor: Lais Construções Eireli

- Consta regular em relação à análise procedimental.
- Em análise aos pagamentos realizados a empresa, foi verificado os laudos de medição emitido pelo departamento de engenharia e o razão credor da empresa, conforme segue:

1º Laudo – 8%	Pago
R\$ 31.378,50	31.378,50



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO**

- Portanto, observa-se que em relação aos pagamentos os mesmos encontram-se regular.

Tomada de Preço nº 03/2021

Objeto: Contratação de empresa especializada para construção de um campo society

Valor: R\$ 463.714,86

Vencedor: Junior Rodrigues Avelaneda

- Consta regular em relação à análise procedimental.
- Em análise aos pagamentos realizados a empresa, foi verificado os laudos de medição emitido pelo departamento de engenharia e o razão credor da empresa, conforme segue:

1º Laudo – 30%	Pago
R\$ 119.189,55	119.189,55

2º Laudo – 45%	Pago
R\$ 31.790,97	31.790,97

- Portanto, observa-se que em relação aos pagamentos os mesmos encontram-se regular.
- Não consta na obra placa informando dados do convênio.

## **REPASSES AO TERCEIRO SETOR**

No o 3º quadrimestre de 2021 o município realizou termo de colaboração com a entidade Associação de País e Amigos dos Excepcionais de Lucélia – APAE, com a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Adamantina e o Lar Batista de Crianças de Inúbia Paulista.

Dá análise da liquidação foi possível constatar, conforme segue:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO**

Entidade	Pagamento previsto na Lei	Pagamento
A.P.A.E	757/2021 – R\$ 9.600,00	R\$ 9.600,00
Lar Batista de Inúbia Paulista	756, 762, 763/2021 – R\$ 54.000,00	R\$ 54.440,00
Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Adamantina	-	R\$ 6.900,00

Em análise realizada não foi constatado o ato autorizativo referente ao pagamento para Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Adamantina.

## JURÍDICO

### Precatórios Judiciais

No exercício de 2021 o percentual a ser pago da receita corrente líquida, foi fixado em 3,52% - Processo nº 67.662007000140. No entanto, foi solicitado novo acordo e o percentual a ser pago passou a ser fixado em 2,5% da receita corrente líquida.

	RCL	A pagar	Pago
<b>Setembro</b>	14.160.887,95	29.501,85	29.501,85
<b>Outubro</b>	14.390.673,65	29.980,57	29.980,57
<b>Novembro</b>	14.720.566,22	30.667,85	30.667,85
<b>Dezembro</b>	14.940.856,40	31.726,78	31.726,78

Os pagamentos referente ao precatórios encontra-se regular.

## LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO E LEI DA TRANSPARÊNCIA

A Lei Complementar nº 131/2009 foi criada para alterar a Lei de Responsabilidade Fiscal no tocante a transparência da gestão. A grande novidade trazida por ela foi a determinação de que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO**

---

disponibilizassem, em meio eletrônico e tempo real, informações pormenorizadas sobre sua execução orçamentária e financeira.

Segundo a legislação vigente (LC nº 131/2009 e Decreto nº 7.185/2010), devem ser disponibilizadas informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras, no decorrer da execução orçamentária e financeira.

Além disso, a LC nº 131/2009 tornou obrigatória a adoção, por todos os entes da Federação, de um sistema integrado de administração financeira e controle. Os sistemas adotados devem atender ao padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União no Decreto nº 7.185, de 27 de maio de 2010, e na Portaria MF nº 548, de 22 de novembro de 2010.

Vale ressaltar também, que a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) elenca algumas obrigações dos municípios, no que se refere à transparência pública. O artigo 8º da norma diz que é dever dos órgãos e entidades públicas promover a divulgação de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, em local de fácil acesso para a população.

Mediante acesso ao endereço eletrônico da Prefeitura Municipal, foi verificado a situação da mesma em relação ao cumprimento das obrigações instituídas pela Lei Complementar nº 131/2009 e pela Lei Federal nº 12.527/2011, conforme expostos a seguir:

O município de pracinha regulamentou em legislação própria, Lei nº 653/2017, conforme determina o art. 45, da Lei Federal nº 12.527/2011.

O município criou o Serviço de Informação ao Cidadão, conforme o art. 9º da Lei 12.527/2011, que poderá ser acessado através do banner na página inicial.

No módulo Mais Transparência são encontradas informações referentes:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO**

---

- Licitações e Contratos
- Atas e Pareceres
- Relatório de Gestão Fiscal
- Relatório Resumido da Execução Orçamentária
- Execução Orçamentária
- Terceiro Setor
- Planejamento – PPA, LDO e LOA
- Controle Interno
- Apuração do artigo 167-A da CF/88

**No entanto, observa-se que as informações não estão atualizadas. Não consta todas as licitações com os respectivos contratos, bem como os demais documentos não estão atualizados.**

No módulo Contabilidade é possível verificar a espécie de despesa que está sendo realizada, desagregada esta informação em cifra monetária, nome do fornecedor conforme determina o art. 48-A da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Município, em sua página eletrônica, mostra as receitas arrecadadas e a espécie de despesa que está sendo realizada, desagregada esta informação em cifra monetária, nome do fornecedor e, se for o caso, o tipo da licitação realizada, conforme determina o art. 48-A da Lei de Responsabilidade Fiscal.

No módulo Recursos Humanos, o município divulga a remuneração individualizada por nome do agente público.

**Portanto considero regular nesse sentido.**

No módulo Compras e Licitações estão disponíveis relações mensais de todas as licitações realizada pela Administração conforme determina o art. 16, da Lei 8.666/93 bem como a Lei 9.755/98 (Art. 1º Inciso VI).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO**

---

O município divulga em sua página eletrônica a relação de todas as diárias concedidas.

O município criou uma aba relacionada às despesas com a COVID-19.

## **RECOMENDAÇÃO**

Essa controladoria recomenda um maior rigor no tocante a alimentação do portal de transparência. Em análise, observa-se que não há um servidor específico para alimentação do portal, dessa forma, as informações sempre são armazenadas de forma intempestiva ou não são informadas. As únicas informações que constam de forma regular são aquelas que são informadas de maneira automática pelo sistema de contabilidade, porém as inseridas de forma manual são falhas.

## **ENTREGA DE DOCUMENTOS**

### **Informações a Previdência Social – GFIP/SEFIP**

**A GFIP deve ser transmitido pelo Conectividade Social até o dia sete do mês seguinte** àquele em que a remuneração foi paga, creditada ou se tornou devida ao trabalhador e/ou tenha ocorrido outro fato gerador de contribuição ou informação à Previdência Social, conforme disposto no § 2º<sup>3</sup>, do art. 225 do Decreto n.º 3.048/1999. Caso não haja expediente bancário no dia 07, a transmissão deve ser antecipada para o dia de expediente bancário imediatamente anterior.

Das análises das guias de entrega, referentes aos arquivos gerados pelo GFIP, **foi possível verificar que as GFIP's** foram entregues nos seguintes prazos:

---

<sup>3</sup> Art. 225. A empresa é também obrigada a:

[...]

§ 2º A entrega da Guia de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social deverá ser efetuada na rede bancária, conforme estabelecido pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, até o dia sete do mês seguinte àquele a que se referirem as informações.

[...]





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO**

---

Setembro – 06/10

Outubro – 04/11

Novembro – 30/11

Dezembro – 30/12

**Portando, observa-se que as GFIP's foram entregues dentro do prazo legal.**

O contribuinte que apresentar a GFIP fora do prazo, que deixar de apresentá-la ou que a apresentar com incorreções ou omissões está sujeito às multas previstas na Lei nº 8.212/1991 e às sanções previstas na Lei nº 8.036/1990.

A multa por atraso na entrega da GFIP correspondente a 2% (dois por cento) ao mês-calendário ou fração, incidente sobre o montante das contribuições informadas, ainda que integralmente pagas, respeitados o percentual máximo de 20% (vinte por cento) e os valores mínimos de R\$ 200,00, no caso de declaração sem fato gerador, ou de R\$ 500,00, nos demais casos.

**INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social**

De acordo com o art. 30, inciso I, alínea “a” e “b” da Lei Federal nº 8212/91<sup>4</sup>, os valores das contribuições dos servidores segurados do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, devem ser quitadas mensalmente ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, até o dia 20 do mês subsequente ao da competência.

---

<sup>4</sup> Art. 30. A arrecadação e o recolhimento das contribuições ou de outras importâncias devidas à Seguridade Social obedecem às seguintes normas:

I - a empresa é obrigada a:

a) arrecadar as contribuições dos segurados empregados e trabalhadores avulsos a seu serviço, descontando-as da respectiva remuneração;

b) recolher os valores arrecadados na forma da alínea *a* deste inciso, a contribuição a que se refere o inciso IV do art. 22 desta Lei, assim como as contribuições a seu cargo incidentes sobre as remunerações pagas, devidas ou creditadas, a qualquer título, aos segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais a seu serviço até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da competência;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO**

Dá análise foi possível constatar que os pagamentos do INSS referente à folha de pagamento dos funcionários, ocorreram nas seguintes datas:

<b>Mês de competência</b>	<b>Data recolhimento</b>	<b>Valor</b>
09	19/10	R\$ 114.890,52
10	18/11	R\$ 116.075,40
11	14/12	R\$ 113.358,86
12	Prejudicado	-
13	20/12	R\$ 100.470,54

Portanto, observa-se que o pagamento do INSS ocorreu dentro do prazo legal.

**CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados**

Das análises das guias de entrega referentes aos arquivos gerados pelo CAGED, foi possível verificar que foram entregues nos seguintes prazos:

O CAGED de competência de setembro foi entregue em 06/10

O CAGED de competência de outubro foi entregue em 04/11

O CAGED de competência de novembro foi entregue em 30/11

O CAGED de competência de dezembro foi entregue em 30/12

Portanto observa-se que as entregas ocorreram dentro do prazo legal. O prazo de entrega é até o dia 7 do mês subsequente ao mês de referência das informações.

**Siope**

Dá análise foi possível verificar se o Siope foi transmitido, conforme quadro anexo:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO**

354050	Porangaba	X	X	X	X	X	
354060	Porto Feliz	X	X	X	X	X	MS
354070	Porto Ferreira	X	X	X	X		
354075	Potim	X	X	X	X	X	X
354080	Potirendaba	X	X	X	X	X	
354085	Pracinha	X	X	X	X	X	
354090	Pradópolis	X	X	X	X	X	
354100	Praia Grande	X	X	X	X	X	
354105	Pratânia	X	X	X	X	X	X
354110	Presidente Alves	X	X	X	X	X	
354120	Presidente Bernardes	X	X	X	X		
354130	Presidente Epitácio	X	X	X	X	X	

O município enviou até a presente data o Siope referente ao 1º, 2º, 3º, 4º e 5º bimestres de 2021.

### Siops

Os municípios devem alimentar bimestralmente o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS), com informações referentes aos orçamentos públicos em saúde.

#### Situação de entrega das informações no SIOPS

UF: Pracinha / SP

Ano	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre
2000	X	NI	NI	NI	NI	NI
2001	X	NI	NI	NI	NI	NI
2002	NI	NI	X	NI	NI	X
2003	NI	NI	X	NI	NI	X
2004	NI	NI	X	NI	NI	X
2005	NI	NI	X	NI	NI	X
2006	NI	NI	X	NI	NI	X
2007	NI	NI	X	NI	NI	X
2008	NI	NI	X	NI	NI	X
2009	NI	NI	X	NI	NI	X
2010	NI	NI	X	NI	NI	X
2011	NI	NI	NI	NI	NI	X
2012	NI	NI	NI	NI	NI	X
2013	X	X	X	X	NI	X
2014	X	X	X	X	X	X
2015	X	X	X	X	X	X
2016	X	X	X	X	X	X
2017	X	X	X	NI	X	X
2018	X	X	X	X	X	X
2019	X	X	X	X	X	X
2020	X	X	X	X	X	X
2021	NI	X	X	X	X	NI



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO**

---

Da análise do histórico da situação de entrega do SIOPS, foi constatado que no exercício de 2021 ainda não foi transmitidos os dados referente ao 1º e 6º bimestre.

**RREO – Relatório Resumido da Execução Orçamentária - SICONFI**

Conforme determina o art. 52 e 53 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e o § 3º do art. 165 da Constituição, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), **deve ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.**

Analisando a situação de entrega, constatei que o RREO no SICONFI, foi entregue nas seguintes datas:

- 1º Bimestre – 05/04
- 2º Bimestre – 01/06
- 3º Bimestre – 02/08
- 4º Bimestre – 01/10
- 5º Bimestre – 02/12
- 6º Bimestre - 24/02/2022

Portanto, observa-se que embora o relatório resumido de execução orçamentária tenha sido homologado, eles ocorreram fora do prazo legal.

**RGF – Relatório de Gestão Fiscal - SICONFI**

De acordo com art. 63, inciso II, alínea “b”, é facultado aos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes, divulgar semestralmente o Relatório de Gestão Fiscal, onde o mesmo será divulgado trinta dias após o encerramento do semestre.

- 1º Semestre – 02/08
- 2º Semestre – 31/01/2022.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO**

O RGF referente ao 1º semestre ocorreu fora do prazo legal.

## Documentos Audesp

Em análise feita no sistema Audesp, foi constatado que alguns documentos foram entregues **intempestivamente**, conforme segue:

Tipo de Documento	Ano	Dt. Prazo de Entrega	Entregue	Entregue no Prazo
PARECER-CONSELHO-FUNDEB	2021	03/11/2021	Sim	Não
Publ. Aplic. na Manut. e Desenv. do Ensino	2021	03/11/2021	Sim	Não
Atualização do Cadastro Geral de Entidades - Mensal	2021	10/12/2021	Sim	Não
Conciliações Bancárias Mensais	2021	02/09/2021	Sim	Não
Conciliações Bancárias Mensais	2021	03/11/2021	Sim	Não

**Alerto que o atraso na entrega de documentos pode gerar penalidades para administração por descumprimento das Instruções nº 2/2008 do TCE/SP – Sistema Audesp, Comunicado SDG nº 35/2014 e art. 104 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:**

Artigo 104 - O Tribunal de Contas poderá aplicar multa de até 2.000 (duas mil) vezes o valor da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo (UFESP) ou outro valor unitário que venha a substituí-la, aos responsáveis por:

- I - contas julgadas irregulares de que não resulte débito;
- II - ato praticado com infração à norma legal ou regulamentar;
- III - não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, de diligência do Conselheiro Relator ou do Conselheiro Julgador Singular, ou de decisão do Tribunal de Contas;

## MEIO AMBIENTE

### Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

O município editou o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos através da Lei Municipal nº 574/2014, para ter acesso a recursos federais, ou por ela controlados,



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO**

---

destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para ser beneficiado por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade, conforme o art. 18 da Lei Federal nº 12.305/10.

### **Plano de Saneamento Básico**

O município não editou o Plano de Saneamento Básico, nos termos do art. 11, 17 e 19 da Lei Federal nº 11.445/07. Cabe lembrar que o prazo para a elaboração do plano vai até o dia 31 de dezembro de 2022, conforme disposto no Decreto Federal nº 10.203/2020.

### **Coleta Seletiva**

Foi constatado que o município não realiza a coleta seletiva de resíduos sólidos.

## **RECURSOS HUMANOS**

### **Férias**

De acordo com a CLT, o empregador que não conceder as férias para o empregado ou que o fizer fora do período concessivo, é obrigado a pagar o valor equivalente em dobro, conforme o disposto nos art. 134 e 137<sup>5</sup>, podendo ainda sofrer sanções administrativas impostas pelo Ministério do Trabalho quando da fiscalização.

Portanto, para efeito do pagamento em dobro, todos os valores a que o empregado tem direito como o salário, as médias de variáveis, os adicionais previstos na legislação (noturno, insalubridade, periculosidade e etc.) e o 1/3 constitucional, devem ser considerados.

---

5

**Art. 134.** As férias serão concedidas por ato do empregador, em um só período, nos 12 (doze) meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito.

**Art. 137.** Sempre que as férias forem concedidas após o prazo de que trata o artigo 134, o empregador pagará em dobro a respectiva remuneração.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO**

Analisando o relatório de controle de férias até 31 de dezembro de 2021, constata-se que o município não tem servidores com férias vencidas.

### Vale Alimentação

Foi constatado que não houve pagamento do vale alimentação durante as férias, licenças e abonos dos funcionários a partir da promulgação da Lei Municipal nº 660/2017, onde o vale alimentação passou a ser por dia efetivamente trabalhado.

### Hora Extra

Analisando a folha de pagamento até o mês de dezembro de 2021, constata-se pagamentos de horas extras de forma habitual, bem como houve extrapolação do limite diário de horas extras. As horas extras habituais incorporam-se a remuneração do servidor para todos os efeitos legais. Dessa forma foram elencados alguns exemplos:

Nome	Cargo	Setembro		Outubro		Novembro		Dezembro	
		50%	100%	50%	100%	50%	100%	50%	100%
Anderson Ricardo Silva*	Motorista	48h	12h	46h	14h	46h	14h	-	-
Camila Cristina B. da Silva	Ajudante Geral	18h	-	10h	-	10h	-	-	-
Carlos Alberto Soares	Motorista	29h	27h	31h	26h	31h	26h	-	-
Caio Fernando Hirata*	Fisioterapeuta	28h	-	28h	-	28h	-	-	-
Cleber Anderson Martins*	Motorista	15h	15h	15h	-	15h	-	-	-
Cristiane Gisele B. da Silva	Assistente Social	55h	-	45h	-	45h	-	-	-
Daiane Cristina Silva	Ajudante Geral	24h	-	23h	-	23h	-	-	-
Damião Pereira	Coletor de Lixo	14h	12h	12h	14h	12h	14h	-	-
Daniel Cesar Alvares	Aux. Alvenaria	11h	-	21h	-	21h	-	-	-
Daniel Fialho de Carvalho*	Motorista	45h	13h	44h	15h	44h	15h	-	-
Diego Batilana de Camargo*	Farmacêutico	57h	-	51h	-	51h	-	-	-
Domingos Savio Cleto	Enfermeiro	20h	-	10h	-	10h	-	-	-
Edneia F. da Silva Pereira	Tec. em Enfermagem	26h	-	12h	-	12h	-	-	-
Egildo Aniceto das Neves*	Coletor de Lixo	-	-	15h	15h	15h	15h	-	-
Fernanda dos S. Dias Martins	Agente C. de Saúde	10h	-	12h	-	12h	-	-	-
Gilsilene Panvequi	Ajudante Geral	15h	-	22h	-	22h	-	-	-
Givan dos Santos*	Motorista	46h	14h	47h	13h	47h	13h	-	-





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO**

Hugo Paulo Tenório	Motorista	45h	15h	40h	20h	40h	20h	-	-
Jorge Jesus Passos	Pedreiro	17h	-	18h	-	18h	-	-	-
José Ap. Calixto Neto*	Coletor de Lixo	15h	15h	-	-			-	-
José Carlos Sanches*	Op. de Máquinas	27h	24h	15h	12h	15h	12h	-	-
José Cicero da Silva*	Op. de Máquinas	20h	-	32h	11h	32h	11h	-	-
José Edmarcio da Silva*	Motorista	44h	13h	18h	-	18h	-	-	-
José Maria T. Ribeiro*	Motorista	39h	13h	45h	13h	45h	13h	-	-
José Messias Gomes*	Tratorista	17h	10h	27h	13h	27h	13h	-	-
José Nildo	Coletor de Lixo	15h	15h	15h	15h	15h	15h	-	-
Leticia Esterquile Biasi	Escriturário	29h	-	28h	-	28h	-	-	-
Lino Fernando Lorenzo*	Motorista	23h	-	41h	11h	41h	11h	-	-
Luciano Evangelista Junior*	Op. de Máquinas	25h	-	26h	-	26h	-	-	-
Lucilene de Lima	Aux. Enfermagem	8h	-	10h	-	10h	-	-	-
Luiz Fernando Moises	Pedreiro	30h	-	38h	7h	38h	7h	-	-
Marcilene Carrero	Ajudante Geral	25h	-	22h	-	22h	-	-	-
Marcilene Panvequi	Ajudante Geral	30h	-	27h	-	27h	-	-	-
Maria Ap. Lima Cavalcante	Aux. De Enfermagem	14h	-	12h	-	12h	-	-	-
Nilton Cesar Damião	Vigia Noturno	11h	-	14h	-	14h	-	-	-
Oziel Duda dos Santos	Ajudante Geral	15h	15h	15h	15h	15h	15h	-	-
Paulo Alves dos Santos	Motorista	40h	18h	42h	18h	42h	18h	-	-
Paulo Cesar Damião	Motorista	9h	20h	8h	21h	8h	21h	-	-
Priscila Bezerra	Aux. de Enfermagem	14h	-	6h	-	6h	-	-	-
Rosely Alves dos Santos	Ajudante Geral	23h	8h	22h	8h	22h	8h	-	-
Tiago Alves Povliuk	Aux. de Enfermagem	16h	-	8h	-	8h	-	-	-
Valdeni Aparecido de Abreu*	Motorista	6h	21h	6h	22h	6h	22h	-	-

**\*Funcionários que percebem insalubridade e horas extras**

Insta salientar que os funcionários da Prefeitura Municipal de Pracinha, são regidos pela CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, dessa forma, as horas extras realizadas de forma habitual, incorporam-se ao salário, sendo vedada suprimi-las sem o pagamento de indenização, uma vez que trata-se de ato lesivo ao empregado, com prejuízo aos seus ganhos, ofendendo ao princípio da irredutibilidade salarial, conforme o art. 7, inciso VI, da CF.

Nessa esteira, a Súmula nº 291 do TST – Tribunal Superior do Trabalho dispõe:

A supressão total ou parcial, pelo empregador, de serviço suplementar prestado com habitualidade, durante pelo menos 1 (um) ano, assegura ao



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO**

empregado o direito à indenização correspondente ao valor de 1 (um) mês das horas suprimidas, total ou parcialmente, para cada ano ou fração igual ou superior a seis meses de prestação de serviço acima da jornada normal. O cálculo observará a média das horas suplementares nos últimos 12 (doze) meses anteriores à mudança, multiplicada pelo valor da hora extra do dia da supressão.

Além dos pagamentos de horas extras habituais, há funcionários em atividades insalubres realizando horas extras sem autorização, em desacordo com o que preconiza o art. 60 da CLT, vejamos:

Art. 60 - Nas atividades insalubres, assim consideradas as constantes dos quadros mencionados no capítulo "Da Segurança e da Medicina do Trabalho", ou que neles venham a ser incluídas por ato do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, **quaisquer prorrogações só poderão ser acordadas mediante licença prévia das autoridades competentes em matéria de higiene do trabalho**, as quais, para esse efeito, procederão aos necessários exames locais e à verificação dos métodos e processos de trabalho, quer diretamente, quer por intermédio de autoridades sanitárias federais, estaduais e municipais, com quem entrarão em entendimento para tal fim. (Grifo nosso)

Conforme demonstrado na tabela acima, a maioria dos funcionários recebem insalubridade e realizam horas extras.

Os motoristas também fazem jus a uma gratificação de dedicação de tempo exclusiva – Lei nº 589/2014, que corresponde 50% do salário base. No entanto, além de receber a gratificação, também recebem as horas extras.

A título de conhecimento, foi relacionado o montante pago em horas extras do 3º quadrimestre de 2021.

Meses/21	Horas	Total R\$
Setembro	50%	14.916,89
	100%	4.379,96
Outubro	50%	15.192,38
	100%	5.218,34
Novembro	50%	15.770,13



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO**

	100%	6.608,44
Dezembro	50%	14.960,56
	100%	6.417,30
<b>Total</b>		<b>83.464,00</b>

Cabe ressaltar que os valores refletem no aumento dos encargos da Prefeitura, os quais são calculados com base no valor total da folha de pagamento.

Portanto, recomendo um rigoroso controle no tocante ao pagamento de horas extras.

### **Subsídios dos Agentes Políticos**

Os subsídios do Prefeito e Vice-Prefeito foram regulamentados pela Lei Municipal nº 649/2016 e dos Secretários Municipais foram fixados pela Lei Municipal nº 650/2016, conforme segue:

Prefeito – 8.200,00

Vice-Prefeito - 3.600,00

Secretários – 2.100,00

Foi possível constatar que não houve pagamentos maiores que os fixados pelas respectivas leis municipais e não houve qualquer acréscimo ou gratificação, conforme o art. 39, §4º da CF/88 determina:

Art. 39 [...]

§ 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.

[...]



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO**

---

**Contratação Cargo em Comissão**

No o 3º quadrimestre de 2021, foi publicado portaria 045/2022, nomeando Secretário de Planejamento e Gestão.

**BENS DE CARÁTER PERMANENTE (PATRIMÔNIO)**

A Gestão Patrimonial compreende as atividades de tombamento, registro, guarda, controle, movimentação, preservação, baixa, incorporação e inventário de bens móveis, provenientes de aquisição no mercado interno e externo, e de doações, que incorporam o acervo patrimonial, assim como a indicação de servidores como responsáveis, no âmbito das unidades gestoras.

Diante dessas atividades, foi possível verificar o cumprimento dos procedimentos patrimoniais, conforme apresentado:

Diante de apontamentos realizados em quadrimestre anterior, foi possível constatar que há termos responsabilidade para guarda e administração dos bens patrimoniais disponibilizados a cada setor.

Os termos de responsabilidade estão assinados e com a relação de todos os bens.

Para cada bem de caráter permanente, há servidor designado para guarda e administração, conforme manda o art. 94 da lei nº 4.320/64.

**A última atualização do termo de responsabilidade ocorreu 28/05/2019. Dessa forma, recomendo que o termo de responsabilidade seja atualizado de forma anual.**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO**

## PROTOCOLO

No que se refere ao setor de protocolo da prefeitura municipal foi constatado o seguinte:

O protocolo é feito pelos responsáveis pela tributação, não há um setor específico de protocolo.

Constata-se que o setor de protocolo ainda não é informatizado, é feito por registro em livro.

Verifica-se que as Secretarias e Diretorias municipais não possuem o livro de controle de trâmite de documentos e processos.

## TRIBUTAÇÃO



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**DEPARTAMENTO DE FINANÇAS**  
**SETOR CONTÁBIL**

Exercício: 2021

Página: 1/1

BALANCETE COMPARATIVO CONTABILIDADE X TRIBUTOS - PERÍODO 01/09/2021 À 31/12/2021							
Ficha	Receita	Descrição	A Contabilidade	B Tributos	C = A-B Diferença	Crítica de Lote	Digitação Receita
2	1113.03.4.1.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMI	13.115,18	41,51	13.073,67	0,00	13.073,67
3	1118.01.1.1.01.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL URBANA	26.336,97	26.336,97	0,00	0,00	0,00
4	1118.01.1.1.02.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL URBANA	1.263,09	1.263,09	0,00	0,00	0,00
5	1118.01.1.2.00.00	IPTU - MULTAS E JUROS	55,18	55,18	0,00	0,00	0,00
6	1118.01.1.3.00.00	IPTU - DÍVIDA ATIVA	38.444,74	38.444,74	0,00	0,00	0,00
7	1118.01.1.4.00.00	IPTU - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	3.552,42	3.552,42	0,00	0,00	0,00
8	1118.01.1.9.00.00	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA D.A IPTU	5.247,64	5.247,64	0,00	0,00	0,00
9	1118.01.4.1.00.00	ITBI - IMPOSTO S/ TRANSM. INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS - PRI	29.695,92	29.695,92	0,00	0,00	0,00
14	1118.02.3.1.00.00	ISSQN - IMPOSTO S/ SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	17.249,08	9.360,97	7.888,11	160,51	8.048,62
15	1118.02.3.2.00.00	ISSQN - MULTAS E JUROS	281,63	281,63	0,00	0,00	0,00
19	1128.01.9.1.01.00	TAXA DE LICENÇA PARA FUNC. DO ESTABELECIMENTO	2.530,43	2.530,43	0,00	0,00	0,00
23	1128.01.9.2.00.00	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - OUTRAS - MUL	58,56	58,56	0,00	0,00	0,00
24	1128.01.9.3.00.00	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - OUTRAS - DÍVJ	858,06	858,06	0,00	0,00	0,00
25	1128.01.9.4.00.00	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - OUTRAS - DÍVJ	423,65	423,65	0,00	0,00	0,00
26	1128.01.9.9.00.00	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - OUTRAS - DÍVJ	329,42	329,42	0,00	0,00	0,00
27	1128.02.9.1.01.00	TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA	5.396,33	5.396,33	0,00	0,00	0,00
29	1128.02.9.1.99.00	OUTROS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	5.658,67	5.658,67	0,00	0,00	0,00
30	1128.02.9.2.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - MULTAS E JUROS	9,50	9,50	0,00	0,00	0,00
31	1128.02.9.3.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - DÍVIDA ATIVA	7.869,12	7.869,12	0,00	0,00	0,00
32	1128.02.9.4.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E	533,24	533,24	0,00	0,00	0,00
33	1128.02.9.9.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - DÍVIDA ATIVA - ATUALIZA	1.104,10	1.104,10	0,00	0,00	0,00
93	1928.02.9.1.01.00	OUTRAS RESTITUIÇÕES	577,16	0,00	577,16	0,00	577,16
94	1990.99.1.1.01.00	OUTRAS RECEITAS	1.760,84	58,82	1.702,02	0,00	1.702,02
5325	5325.00.0.0.00.00	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	816,76	816,76	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>			<b>163.167,69</b>	<b>139.926,73</b>	<b>23.240,96</b>	<b>160,51</b>	<b>23.401,47</b>

Conforme análise há divergência entre o lançado na contabilidade com o lançado na tributação, diferença que soma o valor R\$ 23.240,96.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO**

---

**Recomendo o setor de tributação averiguar o motivo de ter lançado valor a menor e que proceda a correta contabilização dos valores.**

## **ARQUIVO**

As instalações físicas são insuficientes para o arquivo, o espaço é pequeno, os documentos estão entulhados e a iluminação é pouca. A dispersão dos arquivos aglomeram os documentos em acondicionamentos insatisfatórios, com risco de degradação rápida dos arquivos.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO**

---

**PARECER DO CONTROLE INTERNO**

A gestão fiscal de abrangência contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, as ações de verificação dos procedimentos operacionais, examinando quanto ao atendimento dos princípios constitucionais, quanto à legalidade, moralidade, impessoalidade, primando pela eficiência nos atos de gestão do erário público, realizada no âmbito da Prefeitura Municipal de Pracinha, referente ao período de setembro a dezembro de 2021, apesar dos achados e inconsistência de menor relevância e comentários sobre algumas deficiências, tecidos ao longo do relatório apresentado, foi exercida regularmente, não tendo conhecimento de qualquer fato que desabone gravemente a conduta de servidor ou agente político ou que comprometa a gestão deste órgão, que mantém em ordem a coisa e os recursos públicos postos à sua guarda e administração. Observa-se ainda, por meio dos acompanhamentos realizados até o momento, que as recomendações e determinações expedidas pelo Controle Interno são objeto de atenção e ações com vistas ao cumprimento das mesmas.

É o relatório.

Pracinha, 03 de março de 2022.

---

**LUCAS BELLIZOTTI DO AMARAL MORENO**  
CONTROLADOR INTERNO